



2783198

08004.000187/2016-99

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º Andar, Sala 621 - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP

70064-900

(61) 2025-9301 - [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br)

Diligência nº 3/2016/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE-MJ

Brasília, 11 de agosto de 2016.

Ao Senhor  
Renato Cláudio Keinert Junior  
Exame Tecnologia S/S LTDA EPP  
[exame@exametecnologia.com](mailto:exame@exametecnologia.com)

Assunto: **Tomada de Preços nº 01/2016**

Prezado,

A Lei nº 8.666/93 consigna em seu artigo 43, § 3º o fundamento legal para a promoção de diligências nas licitações, estabelecendo o seguinte comando: “É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

Em relação às certidões de regularidade fiscal federal, solicitamos o envio de documentação válida referente à Receita Federal e ao INSS.

A resposta deverá ser encaminhada para o endereço eletrônico, [licitacao@mj.gov.br](mailto:licitacao@mj.gov.br), imprerivelmente até às 18 horas do dia 11/08/2016, horário de Brasília, devendo ainda, a documentação original ser enviada para o endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, sala 621 - COPLI/CGL/SPOA/SE/MJ, CEP - 70064-900 – Brasília-DF, até às 18 horas do dia 15/08/2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO DE OLIVEIRA DA ROSA, Presidente da Comissão Especial de Licitação**, em 11/08/2016, às 11:36, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2783198** e o código CRC **A70402A1**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.